CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR
FL. 61
SERVIDOR
2020
MAT.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 223/2015

AUTOR: Leo Prates

EMENTA: "Considera de utilidade Pública Municipal a Associação Beneficente dos Moradores do Bairro Nova Esperança".

RELATOR: Paulo Magalhães

PARECER

A proposição em comento tem o escopo de considerar de Utilidade Pública Municipal a Associação Beneficente dos Moradores do Bairro Nova Esperança.

O proponente justifica a proposição em face da necessidade de considerar a Utilidade Pública Municipal da referida entidade para continuidade das suas atividades estatutárias e apresenta no processo documentos comprobatórios da exigência contida em legislação especifica.

Compete a esta Comissão manifestar-se quanto à constitucionalidade, legalidade e juridicidade das matérias que nos foram apresentadas para exame, nos termos do art. 61, inciso II do Regimento Interno aprovado pela Resolução 910/91.

Encontra-se apensado ao Projeto cópia dos documentos comprobatórios dos requisitos exigidos na Lei 5.391 de 1998, alterada pela Lei 6.246 de 2002, que são: personalidade jurídica, efetivo e contínuo funcionamento há mais de 12 (doze) meses, não ter fins lucrativos, prestação de contas do último exercício financeiro, e gratuidade das funções de seus dirigentes.

A proposição em exame encontra-se em conformidade com o texto da Constituição Federal (art.30, inciso I), atende aos requisitos determinados na Lei 5.391 de 1998, alterada pela Lei 6.246 de 2002, Lei Orgânica Municipal (artigos 44 e 46), Regimento Interno (artigos 13, inciso III e 161) desta Casa e à boa técnica legislativa (Lei Complementar 95/98).

Na ementa e no art. 1°, onde se lê "Considera de Utilidade Pública a Associação Beneficente dos Moradores do Bairro Nova Esperança" leia-se: "Renova o Reconhecimento de Utilidade Pública Municipal da Associação Beneficente dos Moradores do Bairro Nova Esperança".

Portanto, o presente Projeto está apto a seguir regular tramitação na Casa Legislativa do Município de Salvador, razão pela qual opinamos **PELA APROVAÇÃO DO PROJETO DE LEI Nº 223/2015.**

É o Parecer.

Sala das Comissões, 04 de agosto de 2015.

Vereador Paulo Magalhães
Relator